



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria de Planejamento e Gestão

**RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE O
DESEMPENHO DA CARTEIRA DE CRÉDITO
DO ESTADO DO CEARÁ**

1º Semestre/2007

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Assessoria de Cooperação Técnico-Financeira - ASCOF

**RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE O
DESEMPENHO DA CARTEIRA DE CRÉDITO
DO ESTADO DO CEARÁ**

Fortaleza, agosto de 2007

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Assessoria de Cooperação Técnico-Financeira - ASCOF

Silvana Parente
Secretária

Desirée Custódio Mota
Secretária-Adjunta

Mário Fracalossi Júnior
Coordenador

Elaboração:
Thaís Amaral Lucena
Keyla Christina Albuquerque Lacerda
Mário Fracalossi Júnior

Colaboração:
Mário Aragão - IPECE

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Ministro José Américo, s/n - Ed. SEPLAN
1º, 2º e 3º andares – Cambéba - Fortaleza (CE)
www.seplag.ce.gov.br
Fone: (85) 3101.4520
Fax: (85) 3101.4518

ÍNDICE REMISSIVO

1	APRESENTAÇÃO	7
2	BREVE HISTÓRICO.....	8
3	OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS.....	9
3.1	PRODETUR II:	12
3.2	APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDROAGRÍCOLA DO ESTADO DO CEARÁ:	12
3.3	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM:	12
3.4	ÍNFRA-ESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ:.....	12
3.5	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO:.....	13
3.6	PRÓ-MORADIA:	13
3.7	PRÓ-SANEAMENTO:.....	13
3.8	SANEAR II:	13
3.9	PROJETO SÃO JOSÉ II (PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL NO CEARÁ-PCPR):	13
3.10	PQEB - PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ/PROJETO ESCOLA NOVO MILÊNIO:.....	13
3.11	SWAP – PROJETO DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ:.....	14
3.12	PROGERIRH – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS HÍDRICOS:	14
3.13	USINAS EÓLICAS:	14
3.14	SANEAMENTO RURAL:	14
3.15	EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS (MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL):	14
4	DESEMBOLSOS NO SEMESTRE.....	14
5	EXECUÇÃO NO SEMESTRE.....	16
6	PLANEJAMENTO PARA O 2º SEMESTRE.....	17
7	FATOS RELEVANTES	18
7.1	3º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 4591- BR.....	18
7.2	LINHA CONDICIONAL DE CRÉDITO PARA PROJETOS DE INVESTIMENTO – CCLIP.....	18
7.3	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 7387-BR.....	18
7.4	CARTA-CONSULTA PARA FINANCIAMENTO DO PMAE.....	18
7.5	SEPLAN-ES	19
7.6	LEI ESTADUAL Nº 13.895, DE 21/6/07 - PHRD.....	19
7.7	ENCERRAMENTO DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO BZ-P12	19
8	NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	19
8.1	DESENVOLVIMENTO URBANO DE PÓLOS REGIONAIS:	20
8.2	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DAS ADMINISTRAÇÕES ESTADUAIS – PMAE:.....	20
8.3	PROGRAMA RODOVIÁRIO – CEARÁ III:	20
8.4	PROJETO ATENÇÃO A SAÚDE SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA:.....	21
8.5	PROARES II:	21
8.6	PROGRAMA CIDADES DO CEARÁ:.....	21
8.7	PROJETO DE APOIO A INCLUSÃO SOCIAL E AO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CEARÁ (OPERAÇÃO SWAP - SECTOR WIDE APPROACH):.....	21
8.8	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (PROGERIRH) - FINANCIAMENTO ADICIONAL	21
8.9	PROGRAMA CIDADES DO CEARÁ – CONTRAPARTIDA	21
8.10	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS E DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DAS ADMINISTRAÇÕES ESTADUAIS – PMAE:.....	22
8.11	TERMINAL DE GÁS NATURAL – TGAN DO PORTO DO PECÉM:	22
8.12	CORREIA TRANSPORTADORA DO PORTO DO PECÉM:	22
8.13	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM – ADICIONAL:	22
8.14	TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA – METROFOR:	22
8.15	PRÓ-MORADIA – MARANGUAPINHO/COCÓ:.....	22
8.16	PNAGE:.....	23

9	MISSÕES DE CREDORES INTERNACIONAIS.....	24
9.1	BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID	24
9.2	BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD.....	25
9.3	JBIC – JAPAN BANK FOR INTERNACIONAL COOPERATION	26
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Demonstrativo do Desempenho Anual de Operações de Crédito (R\$ 1.000).....	9
Gráfico 2: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Internas Ativas aportada por Secretaria	10
Gráfico 3: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Externas Ativas aportada por Secretaria	11
Gráfico 4: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Ativas Totais aportada por Secretaria	11
Gráfico 5: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Ativas Totais aportada por Agente Financeiro	12
Gráfico 6: Proporção de Recursos Desembolsados por Secretaria.....	15
Gráfico 7: Proporção de Recursos Desembolsados por Agente Financeiro.....	16
Gráfico 8: Proporção de Recursos a Contratar por Secretaria.....	23
Gráfico 9: Proporção de Recursos a Contratar por Agente Financiador	23

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Operações de Crédito Ativas	10
Tabela 2: Desembolsos Realizados.	15
Tabela 3: Empenhos Realizados de Outras Fontes.....	16
Tabela 4: Plano Operativo para o 2º Semestre.	17
Tabela 5: Operações de Crédito a Contratar.....	20
Tabela 6: Status das Operações de Crédito a Contratar.....	24

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Resoluções e Deliberações do COGERF sobre a Carteira de Crédito.	8
---	---

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Programas de Governo Vinculados a Operações de Crédito.....	28
Anexo 2. Condições das Operações	29

SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local
ASCOF – Assessoria de Cooperação Técnico-Financeira
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD-International Bank for Reconstruction and Development
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCLIP- Linha Condiciona de Crédito para Projetos de Investimento
CEF – Caixa Econômica Federal
COELCE - Companhia Energética do Ceará
COGERF - Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Município
FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GNC – Gás Natural
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JBIC - Japan Bank for International Cooperation
KfW- Kreditanstalt für Wiederaufbau;
Metrofor – Trem Metropolitano de Fortaleza
MLW intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits- und Bildungswesens mbH (MLW intermed GmbH);
NFe – Nota Fiscal Eletrônica
PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PHRD - Japan Policy and Human Resources Development fund
PMAE - Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
PPA – Plano Plurianual
PQEB - Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Ceará/Projeto Escola Novo Milênio
PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará.
PRODEM - Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PROGERIRH – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos
SDA- Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SECON - Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral
SEDUC – Secretaria da Educação
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SIAP – Sistema de Acompanhamento de Programas
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SWAP – Sector Wide Approach
TGAN – Terminal de Gás Natural
TMUT – Terminal de Múltiplo Uso
USC – Usina Ceará Steel

1 APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Cooperação Técnico-Financeira – ASCOF, incumbida de coordenar e assessorar os órgãos e instituições do Governo do Estado na captação de recursos, internos ou externos, onerosos ou não, inclusive mediante parcerias público privadas, apresenta pela primeira vez o Relatório de Acompanhamento das Operações de Crédito, que tem por finalidade informar sobre a situação da carteira de crédito do Estado ao fim do primeiro semestre de 2007, refletindo os avanços alcançados e as perspectivas futuras.

Inicialmente é apresentado um breve histórico referente à execução dos recursos das operações de crédito e a execução específica do semestre. Em um segundo momento, é apresentado o planejamento para o segundo semestre de 2007 e os fatos relevantes ocorridos no período. Por fim, é dado um destaque para as novas operações de crédito que estão em negociação, as missões de credores internacionais realizadas e, nas considerações finais, uma avaliação sobre as sistemáticas de controle.

Vale ressaltar a importância deste documento, visto que se configura como mais um poderoso instrumento para subsidiar o planejamento estratégico do Governo do Estado do Ceará, pois seu conteúdo mostra um panorama dos recursos disponíveis e a serem assegurados, provenientes de operações de crédito, destinados a viabilizar projetos sócio-econômicos de suma importância para o povo cearense. Esses recursos perpassam os mais diversos Projetos nas áreas da saúde, educação e infra-estrutura e causam impactos diretos sobre o bem-estar dessa população.

O presente relatório será elaborado e divulgado com periodicidade semestral e poderá ser consultado no site da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG (www.seplag.ce.gov.br).

Mário Fracalossi Júnior
Assessoria de Cooperação Técnico-Financeira
Coordenador

2 BREVE HISTÓRICO

A execução da carteira de crédito durante os primeiros seis meses da atual gestão foi fortemente afetada pela decisão de governo de suspender no primeiro semestre de 2007 os processos de seleção e contratação de bens, obras e serviços, de modo a permitir uma análise de prioridade das ações a serem implementadas. Esse fato, aliado às mudanças na estrutura administrativa de diversas secretarias setoriais, levou a uma desaceleração na execução dos projetos financiados por operações de crédito. Da mesma forma, o contingenciamento de restos a pagar de contratos em execução também ocasionou restrição ao desempenho das operações de crédito.

O Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF restringiu a concessão de limite financeiro para realização de novos investimentos em geral, e condicionou a liberação de limite financeiro de contrapartidas, mediante fundamentação técnica a ser submetida à deliberação daquele Comitê, independente da disponibilidade de limite orçamentário. O quadro a seguir apresenta um resumo das deliberações relacionadas à carteira de crédito.

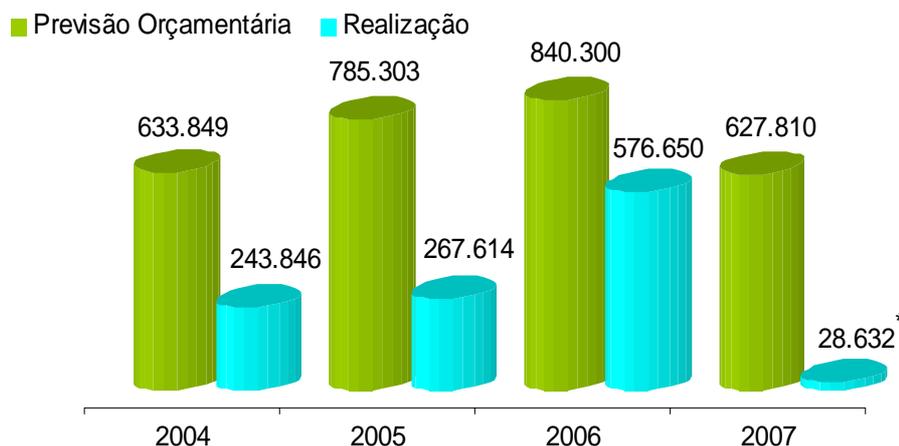
Quadro 1. Resoluções e Deliberações do COGERF sobre a Carteira de Crédito.

Decisão	Data	Resumo da Decisão
Resolução 1/2007	29/1/07	Art. 2º. As fontes de operações de crédito, transferências de convênios com outros entes e órgãos nacionais e internacionais, arrecadação própria da administração indireta e salário educação, serão fixados para os órgãos e entidades na medida em que as respectivas receitas forem realizadas.
Deliberação 36/07	26/4/07	Art. 1º. Elevar o limite financeiro da SRH no valor de R\$ 1.931.717,00, com recursos do Tesouro para despesas finalísticas e custeio de manutenção, sendo: (...) b) R\$ 184.860,00 para o contrato celebrado com o BIRD ; c) R\$ 84.466,00 para pagamento de equipamentos a empresas prestadoras de serviço e associações comunitárias, referente ao PRODAM/PROGERIRH; (...).
Deliberação 42/07	9/5/07	Art. 1º. Elevar o limite financeiro da SETUR no valor de R\$ 288.332,00, com recursos do Tesouro, sendo: (...) c) R\$ 190.732,00 para contrapartida do PRODETUR II com a seguinte distribuição: i) R\$ 153.882,00 para pagamento de impostos (ISS e INSS) não contemplados nas matrizes de subempréstimos do Programa com o BID ; ii) R\$ 36.850,00 para supervisão de obras do Programa (R\$ 21.850,00) e para pagamento da última parcela da Planner Consultoria (R\$ 15.000,00).
Deliberação 62/07	28/5/07	A Secretaria das Cidades solicita ao COGERF limite para contrapartida do SANEAR II no valor de R\$ 21.987.566,10. Justificativa: O BID solicita o reequilíbrio 40% / 60% Estado / BID na execução do contrato do SANEAR. O Estado necessita recompor uma contrapartida de R\$ 14.269.105,00. Somente a partir dessa alocação é que o contrato deve voltar a sacar recursos do BID na proporção 40%/60% Estado/BID. Há atualmente mais de R\$ 15 milhões de obras faturadas a pagar. Parecer COGERF: Assunto a ser tratado com financiamento do Banco do Brasil.

Historicamente, o desempenho financeiro de operações de crédito tem ficado aquém das previsões orçamentárias anuais, seja pela dificuldade de concretizar a contratação de novos financiamentos, seja pela baixa execução (desembolsos) dos contratos em vigor. O Gráfico 1

demonstra a relação entre a previsão orçamentária e a efetiva execução financeira das operações de crédito, resultando em desempenhos de 38,4%, 34,1% e 68,6%, em 2004, 2005 e 2006, respectivamente. No primeiro semestre de 2007 a execução financeira das operações de crédito foi de aproximadamente 4,5% em relação ao orçamento anual.

Gráfico 1: Demonstrativo do Desempenho Anual de Operações de Crédito (R\$ 1.000)



Fonte: SEFAZ-SIC e SEPLAG.

Obs.: A Previsão Orçamentária considera também as operações de crédito a contratar e operações resultantes de contratação direta da CAGECE, sem garantia do Tesouro Estadual.

(*) Desembolsos realizados no 1º semestre de 2007.

3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS

A carteira de operações de crédito ativas contempla quinze programas/projetos que estão em fase de desembolso. Os valores originais dessas operações, contratadas entre 1997 e 2006, somam aproximadamente R\$ 1.933,7 milhões, convertendo-se as operações em dólar, euro e iene pela cotação das respectivas moedas em 31/12/2006. Desse total, restam desembolsar R\$ 943,68 milhões (48,8%), sendo R\$ 435,5 milhões somente em 2007, conforme mostrado na Tabela 1.

Cada operação se vincula a um ou mais programas de governo, de acordo com o demonstrado no Anexo 1, e suas condições contratuais são distintas, conforme se depreende dos dados constantes do Anexo 2.

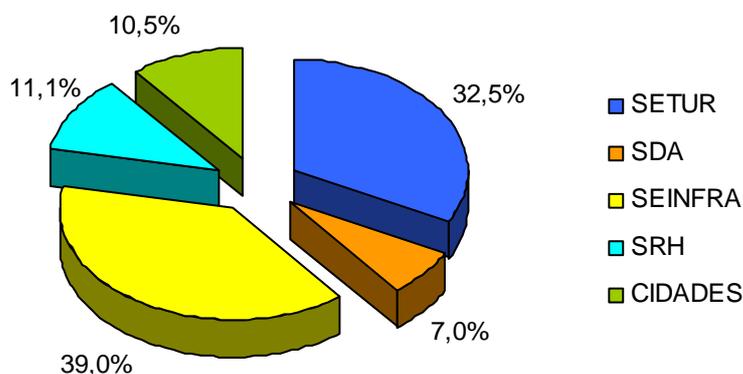
Tabela 1. Operações de Crédito Ativas

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR ORIGINAL	2007	2008	2009	TOTAL
Operações Internas			R\$ mil	R\$ mil			
SETUR	PRODETUR II	BNB	140.440	50.006	41.252	32.066	123.324
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDES	41.730	20.000	15.000	2.158	37.158
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM	BNDES	150.000	-	63.248	88.224	151.472
SETUR	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDES	55.000	14.837	19.783	14.969	49.589
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	71.818	59.294	-	-	59.294
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CEF	44.490	35.226	20.526	-	55.752
SRH/SEINFRA	PR0-SANEAMENTO	CEF	165.600	13.510	42.712	-	56.222
TOTAL ATIVAS INTERNAS			669.078	192.873	202.521	137.417	532.811
Operações Externas			Em moeda mil	R\$ mil			
CIDADES/CAGECE	SANEAR II (1)	BID	US\$ 100.000	50.585	77.909	20.554	149.048
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	US\$ 37.500	34.248	13.675	-	47.923
SEDUC	PQEB	BIRD	US\$ 90.000	41.650	3.206	-	44.856
SEPLAG/IPECE	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL - SWAP 1ª FASE	BIRD	US\$ 149.750	75.020	-	-	75.020
SRH	PROGERIRH II	BIRD	US\$ 136.000	24.341	10.432	-	34.773
SEINFRA	USINAS EÓLICAS (2)	JBIC	¥ 6.020.000	-	-	-	-
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	€ 8.690	6.128	11.031	7.354	24.513
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	US\$ 16.250	10.690	16.933	7.120	34.743
TOTAL ATIVAS EXTERNAS				242.663	133.186	35.028	410.876
TOTAL ATIVAS				435.536	335.707	172.445	943.687

Fonte: Anexo V do contrato de ajuste do PAF, em negociação com a STN.

- (1) Esta operação não está contemplada no Anexo V do PAF por se tratar de contratação direta da CAGECE.
 (2) Ver comentário no item 7.7.

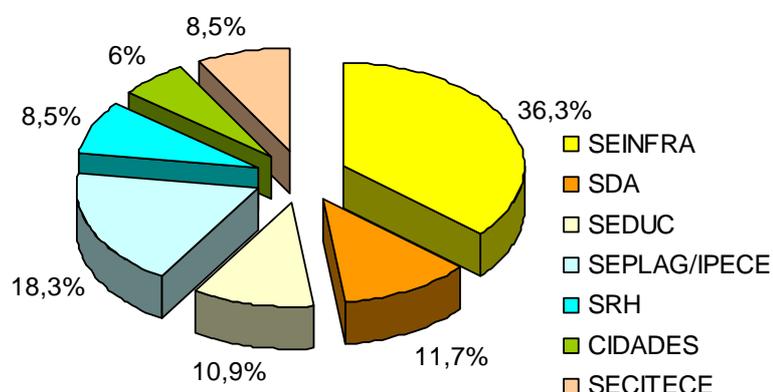
Dos R\$ 532,8 milhões a serem desembolsados pelas sete operações de crédito internas, 71,5% estão sob a responsabilidade da **SEINFRA** e da **SETUR**, respectivamente com 39% e 32,5% dos recursos, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Internas Ativas aportada por Secretaria

Fonte: Anexo V do contrato de ajuste do PAF, em negociação com a STN.

Dos R\$ 410,9 milhões a serem desembolsados pelas oito operações de crédito externas, 54,6% estão sob a responsabilidade da **SEINFRA** e da **SRH**, respectivamente com 36,3% e 18,3% dos recursos, conforme mostra o Gráfico 3.

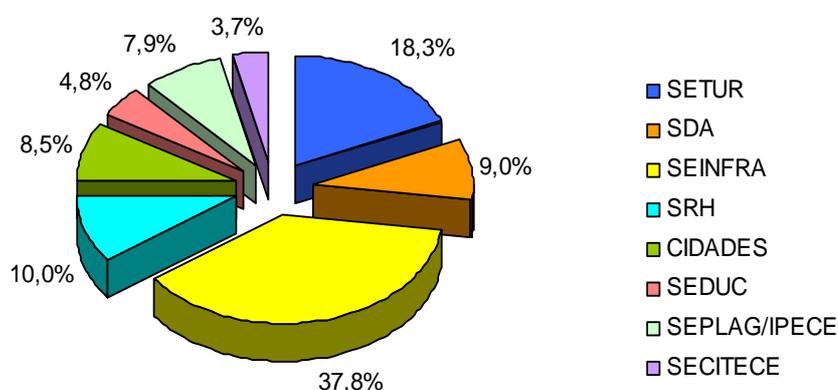
Gráfico 3: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Externas Ativas aportada por Secretaria



Fonte: Anexo V do contrato de ajuste do PAF, em negociação com a STN.

Em relação ao total das quinze operações de crédito internas e externas, representando R\$ 943,68 milhões a serem desembolsados, 71,5% estão sob a responsabilidade da SEINFRA e da SETUR, respectivamente com 37,8% e 18,3% dos recursos, conforme mostra o Gráfico 4.

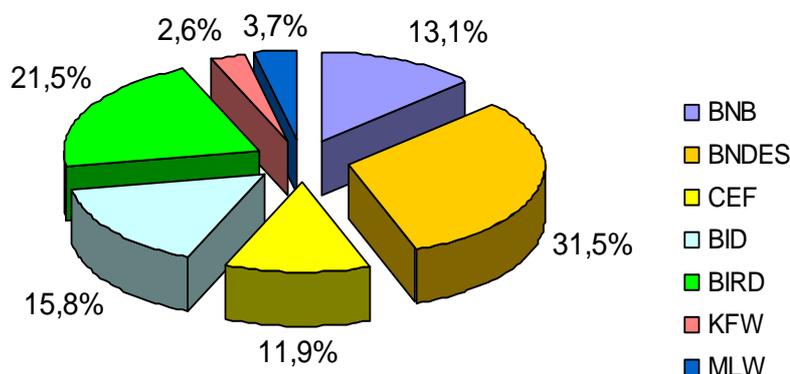
Gráfico 4: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Ativas Totais aportada por Secretaria



Fonte: Anexo V do contrato de ajuste do PAF, em negociação com a STN.

A participação das instituições financeiras está bem distribuída, com R\$ 532,8 milhões oriundos de instituições internas, representando 56% do total e, R\$ 410,9 de instituições externas, representando 44% do total. As maiores participações ficam a cargo do BNDES e do BIRD com 31,5% e 21,5%, respectivamente, dos recursos a serem desembolsados, conforme mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5: Proporção de Recursos das Operações de Crédito Ativas Totais aportada por Agente Financeiro



Fonte: Anexo V do contrato de ajuste do PAF, em negociação com a STN.

A seguir é apresentada uma descrição sucinta dos projetos integrantes da carteira ativa do Estado.

3.1 PRODETUR II:

O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR II) contempla construção ou reestruturação de estradas, ações de saneamento básico, construção de equipamentos turísticos, recuperação e o controle ambiental das praias, mananciais e lagoas, bem como a urbanização do entorno e a criação das Unidades de Conservação e Educação Ambiental;

3.2 Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Estado do Ceará:

Está prevista a implantação de atividades produtivas visando a sustentabilidade das 1.800 famílias atingidas pela barragem do açude Castanhão nos setores de fruticultura, pecuária, piscicultura e dotando o município de Jaguaribara de infra-estrutura que possibilite a implantação de agroindústria.

3.3 Terminal de Carga Geral do Pecém:

Contempla a construção do Pier 3 do Porto do Pecém, que funcionará como um Terminal de Múltiplo Uso -TMUT para movimentação de contêineres e de carga geral.

3.4 Infra-estrutura Pública Aquiraz:

Implantação da infra-estrutura pública (acesso viário, energia elétrica e saneamento) para possibilitar a atração de investimento privado na construção de um Complexo Turístico-Hoteleiro-Imobiliário, denominado Aquiraz Golf & Beach Villas, de acordo com o Contrato de Retificação e Ratificação do Protocolo de Intenções assinado em 24 de janeiro de 2003, datado

de 18/4/2006, entre o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Aquiraz e o Grupo Empresarial que implantará o empreendimento.

3.5 Obras Complementares do Eixo:

Fonte adicional da contrapartida do Estado para o financiamento do Banco Mundial para construção dos Trechos 2 e 3 do Eixo de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza (Canal da Integração).

3.6 Pró-Moradia:

Está contemplada a execução de projetos de urbanização de áreas e construção de conjuntos habitacionais.

3.7 Pró-Saneamento:

Realização de obras de implantação de adutoras, esgotamento sanitário e de abastecimento d'água em diversos municípios do interior do Estado, bem como na Região Metropolitana de Fortaleza.

3.8 SANEAR II:

Ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos pólos econômicos e turísticos do Estado do Ceará; ampliação da cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza.

3.9 Projeto São José II (Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará-PCPR):

Financiamento de subprojetos comunitários em 177 municípios, beneficiando cerca de 68.000 famílias, tendo como principais componentes o abastecimento d'água, a eletrificação rural e a mecanização agrícola.

3.10 PQEB - Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Ceará/Projeto Escola Novo Milênio:

Formação de professores em nível superior; formação de professores indígenas e de ensino básico; Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos; Implementação do Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal – PRODEM.

3.11 SWAP – Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará:

Apoio ao fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social no Estado. Recursos financeiros aportados diretamente ao tesouro estadual para viabilizar a continuidade de programas nas áreas de saúde, educação, abastecimento d'água, esgoto, recursos hídricos e meio ambiente.

3.12 PROGERIRH – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos:

Melhoria no abastecimento d'água e aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, mediante recuperação da infra-estrutura hidráulica, construção de açudes (Aracoiaba, Mal Cozinhado, Catu, Carmina, Outros), construção de eixos de integração do Açude Castanhão.

3.13 Usinas Eólicas:

Construção de dois parques eólicos com capacidade de 30MW cada, em Paracuru e Camocim. Ver comentário no item 7.7.

3.14 Saneamento Rural:

Implantação, ampliação e melhoramento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na zona rural e garantindo sua sustentabilidade, por meio do sistema integrado de saneamento rural (SISAR), no âmbito do Programa de Saneamento Básico do Ceará II.

3.15 Equipamentos e Instrumentos Técnico-Científicos (Modernização Laboratorial):

Ampliação da infra-estrutura de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica das Universidades, atuantes no Estado, Institutos de Pesquisa, cursos de medicina das Faculdades de Sobral e Barbalha, dos cursos de doutorado na área de tecnologia, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME e do Corpo de Bombeiros.

4 DESEMBOLSOS NO SEMESTRE

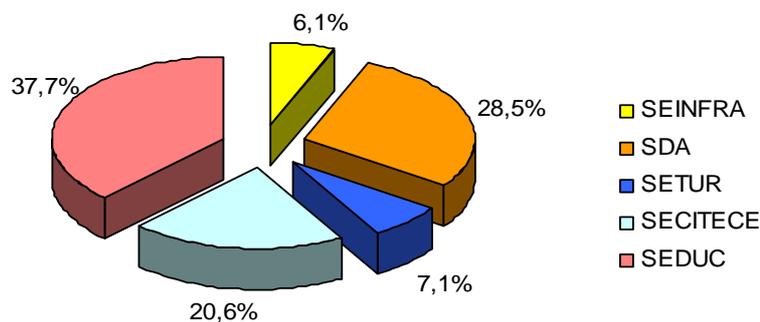
Ao longo dos primeiro seis meses do ano, ocorreram liberações de recursos dos agentes financeiros para cinco projetos, totalizando o equivalente a **R\$ 28,6 milhões**.

Tabela 2: Desembolsos Realizados.

Em R\$ mil					
DIA	MÊS/ANO	SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR
28	fev/07	SEINFRA	Pró-Saneamento	CEF	44
28	fev/07	SDA	SÃO JOSÉ II - 2ªFase	BIRD	2.407
31	mar/07	SEINFRA	Pró-Saneamento	CEF	1.122
31	mar/07	SDA	SÃO JOSÉ II - 2ªFase	BIRD	5.355
30	abr/07	SEINFRA	Pró-Saneamento	CEF	331
30	abr/07	SETUR	PRODETUR II	BNB	2.038
30	abr/07	SDA	SÃO JOSÉ II - 2ªFase	BIRD	405
30	abr/07	SECITECE	Modernização Laboratorial	MLW	4.290
31	mai/07	SEINFRA	Pró-Saneamento	CEF	240
31	mai/07	SEDUC	PQEB	BIRD	10.793
31	mai/07	SECITECE	Modernização Laboratorial	MLW	1.607
TOTAL					28.632

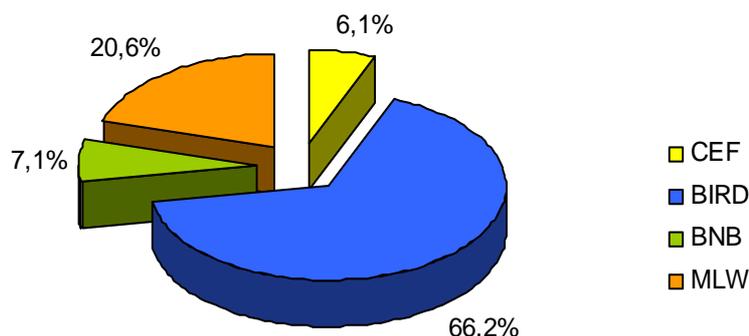
Fonte: SEFAZ

Dos 28,6 milhões liberados no primeiro semestre, 95% estão concentrados em três Secretarias: SEDUC – 37,7%, SDA – 28,5% e SECITECE – 20,6%, conforme mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6: Proporção de Recursos Desembolsados por Secretaria

Fonte: Elaborado com base na Tabela 2.

O Gráfico 7 mostra a distribuição dos recursos aplicados por agente financeiro, sendo que o BIRD foi responsável por 66,2% do montante liberado no primeiro semestre.

Gráfico 7: Proporção de Recursos Desembolsados por Agente Financeiro.

Fonte: Elaborado com base na Tabela 2

Com relação ao projeto de Equipamentos e Instrumentos Técnico-Científicos do MLW, por se tratar de uma compra financiada de equipamentos, os recursos desembolsados, no valor de R\$ 1,6 milhões, correspondem a 85% do primeiro pedido de compra, no valor de US\$ 802,9 mil, que não ingressam no caixa do Tesouro Estadual.

5 EXECUÇÃO NO SEMESTRE

Neste primeiro semestre de 2007, os valores empenhados para pagamentos de investimentos com recursos provenientes de operações de crédito foram de R\$ 25,0 milhões, indicando uma execução média de apenas 4,5% em relação à previsão orçamentária.

Tabela 3: Empenhos Realizados de Outras Fontes

Em R\$ mil					
SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	Orçamento 2007	Empenhado 1º Sem 2007	% Executado
Operações Internas					
SETUR	PRODETUR II	BNB	55.861	2.314	4,1%
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDES	14.000	0	0,0%
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM	BNDES	35.000	-	0,0%
SETUR	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDES	36.600	514	1,4%
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	30.000	1.556	5,2%
CIDADES	PRO-MORADIA	CEF	29.808	2.403	8,1%
SRH/SEINFRA	PRO-SANEAMENTO	CEF	45.689	-	0,0%
TOTAL ATIVAS INTERNAS			246.958	6.787	2,7%
Operações Externas					
SEINFRA/CAGECE	SANEAR II	BID	45.928	-	0,0%
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	31.178	5.572	17,9%
SEDUC	PQEB	BIRD	58.582	8.521	14,5%
SEPLAG/IPECE	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL - SWAP 1ª FASE	BIRD	86.921	1.472	1,7%
SRH	PROGERIRH II	BIRD	30.647	2.692	8,8%
SEINFRA	USINAS EÓLICAS	JBIC	50.000	-	0,0%
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	7.111	-	0,0%
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	-	-	-
TOTAL ATIVAS EXTERNAS			310.366	18.256	5,9%
TOTAL ATIVAS			557.325	25.043	4,5%

Fonte: SIOF. Elaborado pela ASCOF.

6 PLANEJAMENTO PARA O 2º SEMESTRE

As Secretarias setoriais fizeram constar em seus planos operativos (pré-plano) para o segundo semestre a execução de **R\$ 336,47 milhões** com recursos provenientes de operações de crédito.

Essa estimativa, se realizada, somada aos empenhos efetuados do primeiro semestre, representará uma execução média de 65% do orçamento anual para as fontes de operações de crédito.

Caso não se considere a previsão orçamentária para execução do projeto Usinas Eólica, que não se efetivará em virtude da rescisão contratual (ver item 7.7), a execução média poderá chegar a até 71,2% do Orçamento 2007.

O detalhamento dos valores programados para cada projeto é mostrado na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Plano Operativo para o 2º Semestre.

							Em R\$ mil	
SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	Orçamento 2007	Empenhado 1º Sem 2007 (A)	Pré-plano 2º Sem 2007 (B)	TOTAL EXECUÇÃO 2007 (C) = (A) + (B)	(C) / Orçamento	
Operações Internas								
SETUR	PRODETUR II	BNB	55.861	2.314	23.840	26.154	47%	
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDES	14.000	0	8.661	8.661	62%	
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM	BNDES	35.000	-	-	-	0%	
SETUR	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDES	36.600	514	18.900	19.414	53%	
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	30.000	1.556	15.000	16.556	55%	
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CEF	29.808	2.403	14.408	16.811	56%	
SRH/SEINFRA	PR0-SANEAMENTO	CEF	45.689	-	3.592	3.592	8%	
TOTAL ATIVAS INTERNAS			246.958	6.787	84.401	91.188	37%	
Operações Externas								
SEINFRA/CAGECE	SANEAR II	BID	45.928	-	7.171	7.171	16%	
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	31.178	5.572	17.247	22.819	73%	
SEDUC	PQEB	BIRD	58.582	8.521	162.745	171.266	292%	
SEPLAG/IPECE	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL - SWAP 1ª FA	BIRD	86.921	1.472	42.546	44.018	51%	
SRH	PROGERIRH II	BIRD	30.647	2.692	19.933	22.625	74%	
SEINFRA	USINAS EÓLICAS	JBIC	50.000	-	-	-	-	
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	7.111	-	2.435	2.435	34%	
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	-	-	-	-	-	
TOTAL ATIVAS EXTERNAS			310.366	18.256	252.077	270.333	87%	
TOTAL ATIVAS			557.325	25.043	336.478	361.521	65%	

Fonte: SIOF. Elaborado pela ASCOF.

7 FATOS RELEVANTES

Destacam-se no primeiro semestre os seguintes fatos relevantes das operações de crédito:

7.1 Terceiro Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo nº 4591- BR

Em março foi firmado o 3º Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo nº 4591- BR com o Banco Mundial, alterando o Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Ceará/Projeto Escola Novo Milênio - PQEB, que teve o prazo de encerramento prorrogado até 30/6/2008, e contemplou outras alterações em seus componentes, como a ampliação de ações voltadas para a educação básica, com inclusão de educação à distância, e execução do Programa Educação é Cidadania, além de alterações no Plano de Licitações.

7.2 Linha Condicional de Crédito para Projetos de Investimento – CCLIP

Ainda em março tiveram início as tratativas com o BID para concessão de uma Linha Condicional de Crédito para Projetos de Investimento – CCLIP no valor de US\$ 322,0 milhões para financiamento de quatro projetos prioritários nas áreas de expansão e melhoria da assistência à saúde nas microrregiões de saúde do Estado; desconcentração dos processos de urbanização por meio do fortalecimento de uma rede de cidades; expansão e melhoria da malha rodoviária estadual e melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Em decorrência dessas negociações, o Estado fez incluir nos estudos para a revisão anual do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, ainda sujeita a aprovação da STN, os seguintes projetos:

Desenvolvimento de Pólos Regionais US\$ 66,50 milhões

Programa Rodoviário – Ceará III US\$ 144,20 milhões

Atenção à Saúde Secundária e Terciária US\$ 70,00 milhões

As ações de melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social estão contidas no Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES Fase II, cujo financiamento, no valor de US\$ 41,30 milhões, já integra o PAF desde 2005.

7.3 Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo nº 7387-BR

Em maio foi firmado o Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo nº 7387-BR com o Banco Mundial pelo qual o órgão responsável pela execução do Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – Projeto São José passou a ser a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA. Tal medida veio atender à mudança na estrutura administrativa do Governo do Estado implantada em janeiro deste ano.

7.4 Carta-consulta para financiamento do PMAE

Em 29/maio, foi submetida à apreciação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES carta-consulta para financiamento do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações

Estaduais – PMAE, no valor de R\$ 19.711 mil. O PMAE foi concebido prevendo a possibilidade de ações de modernização de gestão das Administrações Estaduais em sentido amplo e inicia as operações com a prioridade para aplicação dos recursos nas iniciativas da NFe, SPED e Cadastro Sincronizado.

7.5 SEPLAN-ES

Em 1º de junho, após articulação com a ASCOF, uma equipe da Secretaria do Planejamento do Estado do Espírito Santo visitou o IPECE para conhecer a operação SWAp.

7.6 Lei estadual nº 13.895, de 21/6/07 - PHRD

Em 27/junho foi publicada a Lei estadual nº 13.895, de 21/6/07, que autoriza o Estado do Ceará a receber cooperação financeira não reembolsável proveniente do Japan Policy and Human Resources Development Fund (PHRD) no valor de R\$ 850 mil. Referido fundo é gerenciado pelo Banco Mundial e a doação, ainda pendente de aprovação final pelo Governo Japonês, destina-se a cobrir despesas com a preparação do Programa Cidades do Ceará, de responsabilidade da Secretaria das Cidades.

7.7 Encerramento do Acordo de Empréstimo BZ-P12

Em 07/fevereiro, por meio do Ofício GG153/07, o senhor Governador expressou ao JBIC a intenção de cancelar o Acordo de Empréstimo BZ-P12 e em 29/junho, o Estado manifestou formalmente ao Japan Bank for International Cooperation – JBIC o encerramento antecipado do Acordo de Empréstimo BZ-P12, destinado à implementação do Projeto dos Parques Eólicos de Paracuru e Camocim. Tal medida foi motivada por fatores externos ao projeto, como a privatização da Companhia Energética do Ceará - COELCE e o estabelecimento do novo modelo do Setor Elétrico brasileiro, que afetaram as condições originalmente pactuadas, prejudicando de forma definitiva a implementação do empreendimento nos termos e prazos previstos pelo acordo de empréstimo.

A impossibilidade de atendimento, pelo financiador, do pleito do Estado de mudança dos locais de implantação dos parques eólicos para o município de São Gonçalo do Amarante e de alteração do sistema de licitação também contribuiu para essa decisão.

8 NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em junho do ano corrente, foi realizada missão técnica da equipe da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/COREM) para avaliação do cumprimento de metas e compromissos e para revisão anual do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF. Na ocasião, o Estado formalizou o interesse em obter autorização para contratar novas operações de crédito, num total de R\$ 2.142,1 milhões, conforme discriminado na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Operações de Crédito a Contratar.

			R\$ mil						
SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
CIDADES	DESENVOLV. URBANO DE POLOS REGIONAIS	BID		14.218	28.435	42.653	28.435	28.435	142.177
SEFAZ	PMAE (MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL)	BID	10.000	50.000	20.000	-			80.000
SEINFRA/DERT	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	BID		-	61.660	123.320	77.075	46.245	308.300
SESA	ATENÇÃO A SAÚDE SECUNDARIA E TERCIARIA	BID		14.966	29.932	44.898	44.898	14.966	149.660
STDS	PROARES II (1)	BID	-	17.639	17.639	17.681	17.681	17.660	88.300
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ (1)	BIRD	-	6.459	19.379	26.761	26.761	12.920	92.280
SEPLAG/IPECE	SWAP II (CRESC. ECON. C/ INCLUSÃO SOCIAL)	BIRD		31.312	145.658	143.345	99.530	96.970	516.815
SRH	PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	BIRD		41.847	41.847	116.531			200.224
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA (1)	BNDES	-	2.512	3.886	5.503	18.155	-	30.056
SEFAZ	PMAE (MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL)	BNDES	4.000	15.711					19.711
SEINFRA	TERMINAL DE GAS DO PORTO DO PECÉM	BNDES		17.041	40.122	25.318			82.480
SEINFRA	CORREIA TRANSPORT. DO PORTO DO PECÉM	BNDES		9.639	28.917	28.140			66.696
SEINFRA	TERMINAL DE CARGAS DO PECÉM - ADICIONAL	BNDES		33.407	55.642	36.680			125.729
SEINFRA	METROFOR (CONTRAPARTIDA)	BNDES		25.000	55.000	35.000	27.333		142.333
CIDADES	PRÓ-MORADIA - Maranguapinho/Cocó	CEF			20.000	20.000	20.000	30.000	90.000
SEPLAG	PNAGE (1)	CEF	-	-	-	-	-	7.357	7.357
TOTAL A CONTRATAR			14.000	279.750	568.116	665.830	359.868	254.553	2.142.117

Obs: Operações do BID e BIRD convertidas para Reais pela cotação do dia 31/12/2006: US\$ 1,00 = R\$ 2,1380.

Nota: (1) Operações já constantes de revisões do PAF em anos anteriores.

8.1 Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais:

A exemplo do programa Cidades do Ceará, a ser desenvolvido na Região do Cariri, este projeto constituirá uma experiência de desenvolvimento regional que deverá contemplar as demais regiões estratégicas do Estado. Para tanto, pretende-se: a) criar centros de atividades urbanas que possam ser catalisadores de desenvolvimento socioeconômico; b) criar mais economias de aglomerados, estimulando a atratividade de investimentos e atividades econômicas; e c) apoiar a área rural através da oferta de serviços, do aumento de produtos agrícolas.

8.2 Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações estaduais – PMAE/BID:

Objetivará reestruturar os Postos Fiscais para automatizar as operações fiscais, com resultados práticos no combate à sonegação e aumento da arrecadação, assim como atualizar o parque tecnológico de toda a SEFAZ, oferecendo serviços de maior qualidade e agilidade aos contribuintes.

8.3 Programa Rodoviário – Ceará III:

Permitirá a preservação do patrimônio rodoviário estadual, com a reabilitação, duplicação e pavimentação de rodovias que favorecerão a integração e acessos aos Pólos de Desenvolvimento do Estado, reduzindo o custo de transporte e atendimento aos reclames da população, criando condições de acessibilidade dos moradores das regiões do Estado contempladas com as obras, melhorando, sobremaneira, as condições logísticas do estado, aumentando a competitividade econômica do Ceará.

8.4 Projeto Atenção a Saúde Secundária e Terciária:

Visará ao atendimento de necessidades urgentes de implantação e/ou reaparelhamento de: unidades hospitalares nas macrorregiões do Estado, Centros de Especialidades Médicas, Centros Regionais Especializados em Odontologia, Unidades de Tratamento Intensivo – UTIs Neonatal e de Unidades de Cuidados Intermediários – UCIs.

8.5 PROARES II:

Financiará o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, que ofertará serviços básicos de assistência a crianças e jovens de 0 a 25 anos, com ações de educação, lazer, esporte, cultura, iniciação profissional, proteção jurídico-social e medidas sócio-educativas.

8.6 Programa Cidades do Ceará:

Terá como principais objetivos a) criar novas oportunidades de geração de emprego e renda nas regiões estratégicas do Estado do Ceará, contribuindo para aumentar sua capacidade de polarização, de atração populacional e de dinâmica econômica; b) promover o fortalecimento da base econômica regional; c) promover a estruturação urbana-regional e a oferta de bens e serviços urbanos; contribuir para a redução das desigualdades inter-regionais; e d) promover a melhoria dos processos de Gestão do Desenvolvimento Regional.

8.7 Projeto de Apoio a Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará (Operação SWAP - Sector Wide Approach):

Apoiará o fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social e do crescimento econômico, mediante uma agenda de investimentos programados no PPA 2008 – 2011, ligados à prestação de serviços sociais de educação, saúde e saneamento e de promoção do crescimento econômico do Estado.

8.8 Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (PROGERIRH) - Financiamento Adicional

Destinar-se-á a cobrir os custos de conclusão das obras dos Trechos 2 e 3 do Canal da Integração, assim como reequilibrar o percentual de financiamento originalmente previsto de 55% - BIRD, 45% - Estado do Ceará.

8.9 Programa Cidades do Ceará – Contrapartida

Destinar-se-á a complementar os recursos da contrapartida devida pelo Estado no empréstimo a ser contratado junto ao BIRD.

8.10 Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações estaduais – PMAE/BNDES:

Alcançará resultados claros no combate à sonegação, evasão fiscal, ampliação da base tributária com redução da informalidade, o cumprimento das metas de arrecadação e desoneração de setores específicos, dando suporte financeiro para alavancar a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. O PMAE contempla Cadastro Sincronizado, Nota Fiscal Eletrônico (NF-e), Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital (SPED FISCAL), Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED CONTÁBIL) e partes dos projetos de reestruturação da área de tecnologia da informação e de automação dos postos fiscais.

8.11 Terminal de Gás Natural – TGAN do Porto do Pecém:

Atenderá com segurança e eficiência, segundo as normas estabelecidas pela PETROBRÁS, às operações da Usina do Regaseificação do Pecém e possibilitará o suprimento de gás natural (GNC) no Estado do Ceará para Termo-elétricas, indústrias com processo de Termo-redução e uso veicular, independente da implantação da Usina Ceará Steel (USC).

8.12 Correia Transportadora do Porto do Pecém:

Financiará o fornecimento e a montagem dos equipamentos para o transporte de minério e/ou derivados para viabilizar o projeto da Usina Siderúrgica.

8.13 Terminal de Carga Geral do Pecém – Adicional:

Proverá um crédito adicional ao financiamento concedido pelo BNDES em abril de 2005 para construção do Terminal de Múltiplos Usos (TMUT) do Porto do Pecém.

8.14 Trem Metropolitano de Fortaleza – METROFOR:

Corresponderá à contrapartida estadual para as diversas fontes de recursos aportadas ao projeto, visando à sua plena operação.

8.15 Pró-Moradia – Maranguapinho/Cocó:

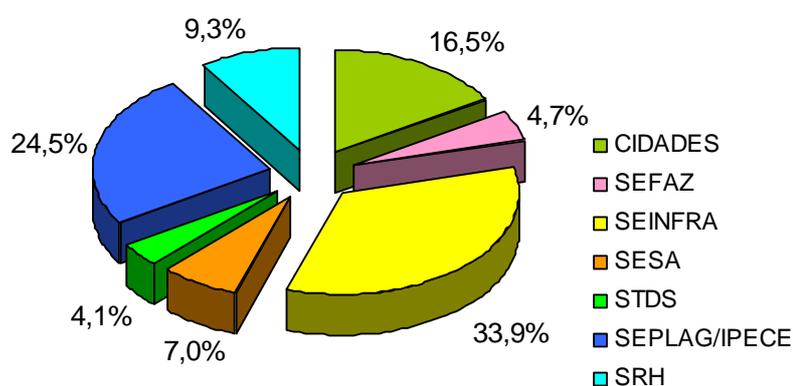
Propiciará intervenções para minimizar os efeitos das enchentes na bacia hidrográfica dos Rios Maranguapinho e Cocó, mediante construção de obras de controle de cheias e de dragagem e construção de casas para remanejamento de populações.

8.16 PNAGE:

Fará face à segunda etapa do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal-PNAGE, cuja primeira fase está sendo financiada por recursos federais, mediante repasse da CEF.

Dos R\$2,14 bilhões a serem contratados, 75% serão geridos por três Secretarias, sendo 33,9% pela SEINFRA, 24,5% pela SEPLAG e 16,5% pela CIDADES, conforme ilustrado no Gráfico 8.

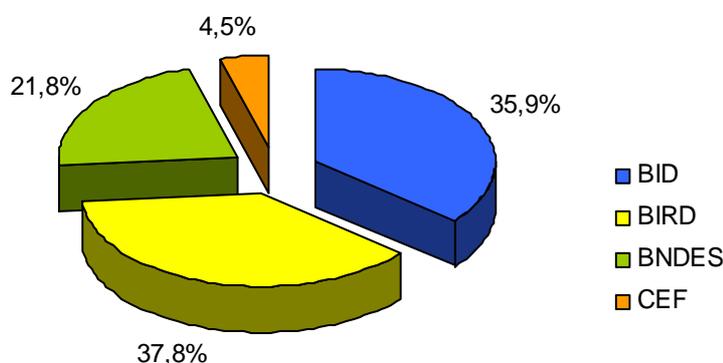
Gráfico 8: Proporção de Recursos a Contratar por Secretaria.



Fonte: elaborado com base na Tabela 5.

Dos mesmos R\$ 2,14 bilhões a serem contratados, 74% serão financiados por operações externas, das quais 37,8% do BIRD e 35,9% do BID. As operações internas representam 26% de recursos financiados, dos quais 21,8% do BNDES e 4,5% da CAIXA.

Gráfico 9: Proporção de Recursos a Contratar por Agente Financiador



Fonte: elaborado com base na Tabela 5.

As operações a contratar se encontram em diferentes estágios de progresso, conforme ilustrado na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6: Status das Operações de Crédito a Contratar.

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	CARTA-CONSULTA SUBMETIDA	CARTA-CONSULTA APROVADA	PROPOSTA FIRME	LEI	SEAIN	MINUTAS	STN	PGFN	SENADO
CIDADES	DESENVOLV. URBANO DE PÓLOS REGIONAIS									
SEFAZ	PMAE (MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL)									
SEINFRA/DERT	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III									
SESA	ATENÇÃO À SAÚDE SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA									
STDS	PROARES II	OK	OK	OK	OK	OK				
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ	OK	OK	OK	OK	OK				
SEPLAG/PECE	SWAP II (CRESC. ECON. C/ INCLUSÃO SOCIAL)									
SRH	PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL									
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA									
SEFAZ	PMAE (MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL)	OK								
SEINFRA	TERMINAL DE GÁS DO PORTO DO PECÉM									
SEINFRA	CORREIA TRANSPORT DO PORTO DO PECÉM									
SEINFRA	TERMINAL DE CARGAS DO PECÉM - ADICIONAL									
SEINFRA	METROFOR (CONTRAPARTIDA)									
CIDADES	PRÓ-MORADIA - Maranguapinho/Cocó									
SEPLAG	PNAGE									
TOTAL A CONTRATAR										

9 MISSÕES DE CREDORES INTERNACIONAIS

9.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Datas: 26 a 30 de março

Setorial Responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Representantes: Márcia Arieira, Mónica Rubio, Ana Lúcia Dezolt, Riccardo Rietti, e Tomás Engler (chefe da missão)

Projeto: PROARES II

Objetivos: (i) revisar a avaliação final do PROARES I e as lições aprendidas dele, as modificações propostas pelas novas autoridades do Estado; (ii) revisar os arranjos institucionais visados para a execução do Programa; (iii) explorar a conveniência e factibilidade de estabelecer uma Linha de Crédito Condicional para projetos de investimento (CCLIP), no qual poderia incorporar-se PROARES II; (iii) definir as tarefas preparatórias pendentes e (iv) realizar os acordos necessários para o seu processamento pelo Banco.

Datas: 28 a 30 de março

Setorial Responsável: SEPLAG

Representantes: Juan Manuel Fariña e Riccardo Rietti

Projeto: Operação CCLIP

Objetivos: Apresentação da Linha de Crédito Condicional para Financiamento de Projetos de Investimento – CCLIP

Datas: 25 de abril

Setorial Responsável: SEPLAG

Representantes: Juan Manuel Fariña e Sílvia Raw

Projeto: Operação CCLIP

Objetivos: Apresentação do alinhamento estratégico do CCLIP

9.2 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD

<p>Datas: 25 a 26 de janeiro Setorial Responsável: Secretaria das Cidades Representantes: Jennifer Sara e Mônica Amorim Projeto: Cidades do Ceará Objetivos: Discutir com o Secretário e equipe a elaboração do projeto Cidades do Ceará.</p>
<p>Datas: 5 a 9 de fevereiro Setorial Responsável: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA Representantes: Jorge Muñoz, Fátima Amazonas, Susana Amaral e Luciano Wuerzius Projeto: Projeto de Combate à Pobreza Rural – Projeto São José Objetivos: (i) supervisão do projeto; (ii) gerenciamento financeiro; (iii) revisão de aquisições e contratações de consultorias; (iv) avaliação da capacidade da área de aquisições e contratações da Unidade Técnica do Projeto.</p>
<p>Datas: 12 a 13 de fevereiro Setorial Responsável: Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH Representantes: Paula Freitas (analista de operações), Musa Asad (gerente do projeto), Larry Simpson (Consultor), Daniele La Porta (analista de operações). Projeto: PROGERIRH Objetivos: Avaliar as condições de elaboração de um Addcional Financing para complementar as ações do Progerirh, atendendo à solicitação do Governador formulada ao Representante do BIRD, John Briscow, na sua visita ao Banco no mês de janeiro.</p>
<p>Datas: 13 a 17 de março Setorial Responsável: Secretaria das Cidades Representantes: Jennifer Sara, Ming Zhang, Eduardo Urdapilleta, Paul Procee, Mônica Amorim, Fátima Amazonas e Camila Rodriguez Projeto: Cidades do Ceará Objetivos: (i) preparação do programa; (ii) discussão com atores institucionais do Estado, dos municípios envolvidos e dos APLs de calçados e turismo do Cariri.</p>

Datas: 26 a 30 de março

Setorial Responsável: Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH

Representantes: Paula Freitas (analista de operações), Maria Angélica Sotomayor (economista), Musa Asad (gerente do projeto, somente nos dias 27 e 28/3)

Projeto: PROGERIRH

Objetivos: Missão de Supervisão: (i) verificar o andamento das ações em implementação pelo PROGERIRH; (ii) dar seguimento às discussões sobre uma operação de financiamento adicional para o projeto.

Datas: 15 a 18 de maio

Setorial Responsável: Secretaria da Educação - SEDUC

Representantes: Jennifer Ricardo Silveira (Líder da missão), Daniela Pena de Lima (Oficial de Operações), Anemarie Guth Proite (Especialista em Aquisições), Cidália Brocca (Especialista em Desembolsos) e Nicolas Drossos (Especialista em Gerenciamento Financeiro). Amorim, Fátima Amazonas e Camila Rodriguez

Projeto: PQEB - Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Ceará/Projeto Escola Novo Milênio

Objetivos: (i) apresentar a equipe do Banco responsável pela supervisão do projeto e conhecer a nova equipe da SEDUC; (ii) avaliar o progresso na implementação e avaliar as propostas de modificação do PTA 2007-2008; (iii) verificar os aspectos fiduciários (gerenciamento financeiro, desembolsos, aquisições) do projeto; (iv) acordar sobre os próximos passos para executar o saldo remanescente do Acordo de Empréstimo; e (v) realizar visitas de campo.

9.3 JBIC – Japan Bank for International Cooperation

Datas: 06 a 07 de fevereiro

Setorial Responsável: Secretaria da Infra-Estrutura – SEINFRA e Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH

Representantes: Kan Bitto (representante no Brasil) e Leo Ryoske Hacidume (project and marketing coordinator)

Projeto: Parques Eólicos e Proágua-Trecho 5

Objetivos: (i) Parques Eólicos: Avaliar as condições de continuidade do Projeto, pelos motivos apresentados no item 7.7 deste relatório. (ii) Proágua-Trecho 5: Avaliar a situação das licitações de bens e obras ainda pendentes que estão comprometendo o desempenho do Projeto.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste relatório destinam-se a estabelecer o relacionamento entre as diversas operações, de modo a permitir uma análise da ordem de grandeza de cada uma delas, em particular, e a sua participação em relação à carteira do Estado. A análise foi direcionada mais para os aspectos financeiros e não foi dado enfoque ao avanço físico das operações. Por determinação do Exmo. Sr. Governador do Estado, a SEPLAG deverá monitorar também o desempenho dos projetos à luz dos avanços verificados nos seus respectivos componentes, o que deverá ser incorporado no próximo relatório.

Outro aspecto relevante a ser destacado é falta de informações sobre os Convênios de Receita firmados com o Governo Federal, que serão também incorporados na análise do próximo relatório.

Considera-se que devam ser tomadas algumas providências a fim de melhorar os controles internos e a qualidade das informações disponíveis, dentre elas:

- A) Implementar uma urgente revisão do módulo de contratos e convênios do Sistema de Acompanhamento de Programas – SIAP, a cargo da Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral – SECON, de modo a permitir a extração de informações confiáveis acerca da execução físico-financeira dos contratos de financiamento. Atualmente a SECON, com o apoio técnico da SEPLAG, está trabalhando no melhoramento do sub-módulo Convênios de Receita. O ajuste no sub-módulo Contratos de Financiamento está previsto para ocorrer após a conclusão do sub-módulo Convênios de Receita.
- B) Retomar a rotina de monitoramento dos programas, incluindo abordagem sobre a execução dos contratos de financiamento, incluindo a nomeação dos Gerentes de Programa e dos Coordenadores de Projetos (Operações de Crédito e Convênios de Receita).
- C) Editar uma instrução normativa sobre o fluxo de encaminhamento das propostas de crédito junto aos agentes financiadores e aos demais órgãos envolvidos na aprovação dessas operações.

ANEXO 1 - Programas de Governo Vinculados a Operações de Crédito

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR ORIGINAL	Programas Vinculados	Setorial Executora
Operações Internas			R\$ mil		
SETUR	PRODETUR II	BNB	140.440	056 - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Ceará 888 - Gestão de Tecnologia da Informação - SETUR	SETUR
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDES	41.730	695 - Articulação Interinstitucional Permanente para Convivência e Desenv. Sustentável do Semi-Árido	SDA
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM	BNDES	150.000	089 - Complexo Industrial e Portuário do Pecém	SEINFRA
SETUR	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDES	55.000	180 - Programa Rodoviário do Estado do Ceará 323 - Universalização do Atendimento com Energia Elétrica 711 - Saneamento Ambiental do Ceará	SEINFRA/DERT SEINFRA Cidades
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXAO	BNDES	71.818	710 - Programa de Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	SRH
CIDADES	PRO-MORADIA	CEF	44.490	222 - Programa Habitacional e de Estruturação Urbana	Cidades
SRH/SEINFRA	PRO-SANEAMENTO	CEF	165.600	710 - Programa de Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos 711 - Saneamento Ambiental do Ceará	SRH Cidades
Operações Externas			Em moeda mil		
Cidades/CAGECE	SANEAR II	BID	US\$ 100.000	711 - Saneamento Ambiental do Ceará	Cidades/Cagece
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	US\$ 37.500	153 - Programa de combate à Pobreza Rural no Ceará	SDA
SEDUC	PQEB	BIRD	US\$ 90.000	49 - Universalização Progressiva do Ensino Médio nas Zonas Rurais e Urbanas 57 - Apoio ao Desenv. da Educação Infantil, Especial, Indígena e de Jovens e Adultos 61 - Garantia da Qualidade da Escola com Foco na Aprendizagem do Aluno 63 - Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação 65 - Modernização do Processo de Gestão e Controle Social do Sistema de Ensino 543 - Planejamento e Coordenação das Políticas Educacionais 544 - Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas 888 - Gestão de Tecnologia da Informação - SEDUC	SEDUC
SEPLAG/IPECE	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL - SWAP 1ª FASE	BIRD	US\$ 149.750	222 - Programa Habitacional e de Estruturação Urbana 666 - Modernização da Gestão Pública 888 - Gestão de Tecnologia da Informação 666 - Modernização da Gestão Pública 888 - Gestão de Tecnologia da Informação 473 - Esporte de Participação, Lazer e Parques Esportivos 888 - Gestão de Tecnologia da Informação - IPECE 563 - Planejamento e Informação - IPECE 400 - Coordenação e Gestão Geral - PGE 888 - Gestão de Tecnologia da Informação - PGE 495 - Modernização da Gestão Tributária 087 - Programa de Telecomunicações do Estado 089 - Complexo Industrial e Portuário do Pecém 165 - Programa Aeroportuário 177 - Edificações Públicas 180 - Programa Rodoviário do Estado do Ceará 192 - Projetos Especiais de Infraestrutura 323 - Universalização do Atendimento com Energia Elétrica 666 - Modernização da Gestão Pública 888 - Gestão de Tecnologia da Informação 572 - Programa de Desenv. Hidroambiental 204 - Segurança Moderna e Inteligente 888 - Gestão de Tecnologia da Informação	Cidades DERT Esporte IPECE PGE SEFAZ SEINFRA SRH SSPDS
SRH	PROGERIRH II	BIRD	US\$ 136.000	572 - Programa de Desenv. Hidroambiental 710 - Programa de Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos 888 - Gestão de Tecnologia da Informação	SRH
SEINFRA	USINAS EÓLICAS (1)	JBIC	¥ 6.020.000	323 - Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	Seinfra
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	€ 8.690	711 - Saneamento Ambiental do Ceará	Cidades
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	US\$ 16.250	196 - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico	Secitece

ANEXO 2 - CONDIÇÕES DAS OPERAÇÕES

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR ORIGINAL	CONTRATO		CORREÇÃO	JUROS	COMISSÃO DE	OUTROS ENCARGOS	CARENCIA (Em meses)	PERIODIC. PGTOS.	DESEMB. (Em Meses)	AMORTIZ. (Em Anos)
				Número	Data								
Operações Internas													
R\$ mil													
SETUR	PRODETUR II (1)	BNB	140.440	1392/OC-BR 1392/OC-BR	25/8/2005 20/10/2005	LIBOR	2,05%	0,75%	2,00%	60	Mensal	36	20
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDDES	41.730	06.2.0086.1	2/6/2006	TJPL	2,00%			22	Mensal	18	10
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA GERAL DO PECÉM	BNDDES	150.000	05.2.0940.1	7/4/2006	TJPL	3,00%			30	Mensal	24	8
SETUR	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDDES	55.000	06.2.0085.1	2/6/2006	TJPL	2,00%			24	Mensal	18	8
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDDES	71.818	06.2.0202.1	2/6/2006	TJPL	2,00%			18	Mensal	18	9
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CEF	44.490	0156663-07/2003 0156665-26/2003 0156666-30/2003 0156669-63/2003 59.855-18 59.856-33 59.857-59 59.861-30 59.863-71 59.862-71	30/4/2004 17/6/1998	FGTS (UPR)	5,00%	2,00%	2,00%	de 10 a 54	Mensal	de 24 a 48	15
SRH / SEINFRA / CAGECE	PR0-SANEAMENTO	CEF	165.600	0156670-91 0156671-04 0156672-18 0156674-36 0156675-41 0156677-60 0156679-88 0156680-15 0156681-29 0156682-33 0156681-52 0156685-67 0156686-71 0156688-99 0156689-02 0156691-44 0156692-59 155697-85/03 155707-01/03 155709-29/03 155712-76/03	29/12/2003 30/12/2003 30/6/2004	FGTS (UPR)	8,00%	2,00%	2,00%	de 5 a 30	Mensal	de 24 a 48	de 10 a 15
Operações Externas													
Em moeda mil													
CIDADES/CAGE	SANEAR II	BID	US\$ 100.000	1502/OC-BR	22/10/2004	Var. cambial	LIBOR + Spread pós	0,75%	0,00%	60	Semestral	60	20
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	US\$ 37.500	7387-BR	7/7/2006	Var. cambial	LIBOR (6m) + spread pós	0,25%	0,85%	60	Semestral	36	12
SEDUC	PQEB	BIRD	US\$ 90.000	4591-BR	6/8/2001	Var. cambial	LIBOR + Spread pós	1,00%	0,75%	60	Semestral	60	10
SEPLAG/IPECE	APOIO A INCLUSÃO SOCIAL - SWAP 1ª FA	BIRD	US\$ 149.750	7321-BR	18/10/2005	Var. cambial	LIBOR (6m) + spread pós	1,00%	0,85%	60	Semestral	48	15
SRH	PROGERIRH II	BIRD	US\$ 136.000	4531-BR	10/2/2000	Var. cambial	LIBOR + Spread pós	1,00%	0,75%	58	Semestral	72	10
SEINFRA	USINAS EÓLICAS (1)	JBIC	¥ 6.020.000	BZ-P12	1/8/1997	Var. cambial	LIBOR +	4,00%	0,00%	93	Semestral	72	19
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	€ 8.690	S/N	7/12/2005	Var. cambial	LIBOR +	4,50%	0,00%	95	Semestral	48	15
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	US\$ 16.250	S/N	4/8/2006	Var. cambial	LIBOR +	7,00%	0,00%	6	Semestral	24	60

(1) Além dos encargos mencionados, foi cobrada também comissão de compromisso relativa ao contrato BNB/BID, de 27/9/2002, no valor de R\$ 932.035,51.